

GESTÃO DE PESSOAS E GOVERNO DOS CORPOS NAS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE

Magno Geraldo de Aquino¹

Resumo:

As ideias de Foucault têm contribuído para o desenvolvimento de estudos e pesquisa em organizações. Um dos temas em que suas ideias encontra um campo fértil de análises é a gestão de pessoas. Neste tema a pesquisa sobre o processo disciplinar nas organizações podem ser considerados como a principal forma da influência das ideias de Foucault, ampliada, na atualidade com as reflexões sobre a governamentalidade. O objetivo deste ensaio é refletir sobre as estratégias de gestão de pessoas a partir da perspectiva da condução das condutas, com base na noção de governamentalidade foucaultiana, tendo como fundamento a utilização de práticas de contabilidade como estratégias de poder nas organizações. Argumenta-se que a noção de governamentalidade de Foucault fornece ferramentas conceituais importantes para se refletir sobre as práticas da contabilidade gerencial como um modo de gestão de pessoas nas organizações contemporâneas.

Palavras-chave:

Gestão de pessoas – Foucault – Governamentalidade – Contabilidade gerencial – Organizações

Abstract:

Foucault's ideas have contributed to the development of studies and research in organizations. One of the topics in which his ideas find a fertile field for analysis is people management. In this theme, research on the disciplinary process in organizations can be considered as the main form of influence of Foucault's ideas, expanded today with reflections on governmentality. The aim of this essay is to reflect on people management strategies from the perspective of conducting conduct, based on the Foucaultian notion of governmentality, based on the use of accounting practices as power strategies in organizations. It is argued that Foucault's notion of governmentality provides important conceptual tools to reflect on management accounting practices as a way of managing people in contemporary organizations.

Key words:

People management – Foucault – Governmentality – Accounting – Organizations

1- Introdução

As ideias de Michel Foucault têm influenciado o desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito organizacional. O interesse pelas práticas do governo dos indivíduos levou Foucault a propor e desenvolver questões essenciais para a elaboração de reflexões de interesse direto para a pesquisa gerencial (CORRÊA,

¹ Professor no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - magno-aquino@hotmail.com

FREITAS, OLIVEIRA, SILVA, 2015). Tomam-se objetos de estudos organizacionais, fundamentados nas ideias foucaultianas, temáticas como relações de poder (SILVEIRA, 2005), estratégias disciplinares, vigilância e controle dos corpos (MENDES, 2006), e modos de regulação, normatização e desenvolvimento de padrões comportamentais e orientação de conduta e, ainda, os diferentes modos de subjetivação, resistências e constituição do sujeito (NARDI, RAMMINGER, 2007; MANSANO, 2009, FONSECA, 2014), a governamentalidade (CANDIOTTO, 2010; GADELHA, 2016) e o desenvolvimento de debates sobre trabalho, organização e identidade (MCKINLAY, PEZET, 2010).

Afirma-se, nesse contexto, que as pesquisas em organizações inspiradas nas reflexões de Foucault baseiam-se principalmente em dois temas: as técnicas de vigilância e as técnicas de governo (DIXON, 2007). As técnicas de vigilância podem ser consideradas como uma estratégia de disciplina e controle nas organizações (BONAMIGO, 2013), enquanto as técnicas de governo (RAMMINGER, 2008) não se limitam às técnicas de disciplina (VEIGA-NETO, BRANCO, 2013), como também é tomada como uma forma específica de governo das condutas (RAMMINGER, NARDI, 2008). As técnicas de vigilância e de disciplina nas organizações referem-se às análises de Foucault sobre as formas de subjetivação impostas ao indivíduo (FONSECA, 2014, PRADO FILHO, MARTINS, 2007). Já sobre as técnicas de governo (COLLIER, 2011), ou o governo dos corpos e da conduta nas organizações, está em um nível diferente de análise. As técnicas de governos nas organizações dependem essencialmente da consideração das influências do poder político liberal (FIMYAR, 2009), de modo a se considerar as suas consequências sobre o governo dos corpos e governo das almas, como o governo gerencial, a partir das noções da biopolítica e da governamentalidade.

Assume-se, neste ensaio que há uma consistente relação entre as práticas da contabilidade, mais especificamente a contabilidade gerencial, e as estratégias de gestão de pessoas (LAMBERT, PEZET, 2011). Ademais, esta relação pode ser melhor compreendida a partir da noção de governamentalidade foucaultiana. Sugere-se, com isto, que as práticas de contabilidade gerencial (BOTH, FISCHER, 2017) podem ser tomadas como um conjunto de técnicas que afetam a realidade social a partir de determinados modos de controle e organização de atividades e processos, a partir dos quais administra o comportamento das pessoas, em uma dada realidade

organizacional. Argumenta-se, ainda, que as práticas de contabilidade influenciam e são influenciadas pelo processo de tomada de decisão de gestores (NUNES, SERRASQUEIRO, 2004), de modo a contribuir para o alcance de metas organizacionais.

Considera-se que a contabilidade possui duas funções básicas. A função de controle e a função *disclosure* (OLIVEIRA, CATAPAN, VICENTIN, 2015). A função de controle da contabilidade pode ser entendida como um instrumento de exercício do poder, em uma perspectiva do panóptico foucaultiano. De acordo com Foucault (1987), esta forma de exercício do poder, característica da sociedade moderna, se baseia na supervisão contínua dos indivíduos por alguém que exerce poder sobre eles. Em sua função *disclosure*, a contabilidade é tomada como um sistema de informações essenciais na tomada de decisões (MENDONÇA NETO, RICCIO, CARDOSO, SAKATA, 2010). Nesta perspectiva, a contabilidade gerencial também pode ser considerada como um instrumento de informação e controle a partir do qual se estabelece uma determinada correspondência entre o que os agentes escolhem fazer e aquilo que os outros agentes esperam que eles façam em determinadas circunstâncias (COSENZA, TEIXEIRA FILHO, LOPES, 2012). Nesta perspectiva, pode-se considerar que as práticas de contabilidade gerencial exercem influências nos processos de gestão de pessoas, com o intuito de conduzir as condutas dos outros no exercício de suas atividades nos espaços das organizações.

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a gestão de pessoas a partir da perspectiva da condução das condutas, com base na noção da governamentalidade foucaultiana, tendo como fundamento a utilização de práticas de contabilidade como estratégias de poder na organização. Argumenta-se que a noção de governamentalidade de Foucault fornece ferramentas conceituais importantes para se refletir sobre as práticas de contabilidade como mecanismos de controle (ARMSTRONG, 1994), para além da noção de poder disciplinar na gestão de pessoas nas organizações contemporâneas (MCKINLAY, PEZET, 2010). Nesta perspectiva, afirma-se que a contabilidade torna as atividades organizacionais mais governáveis, tornando-as visíveis e mensuráveis. Deste modo, a contabilidade gerencial fornece ferramentas e vocabulários adicionais que permitem ações de gerenciamento no planejamento e controle de organizações (MIHRET, GRANT, 2017).

2- Dos conceitos de biopoder e governamentalidade para o estudo dos processos de gestão

As relações de poder, pela perspectiva foucaultiana, são descritas através de duas técnicas fundamentais: o poder disciplinar que age sobre o corpo e o biopoder, que age sobre a população. A disciplina constitui-se uma técnica particular de individualização de multiplicidades, com objetivos claros de monitorar e regular o comportamento nos seus mínimos detalhes (CANDIOTTO, 2012). A biopolítica se destaca intrinsecamente como uma técnica política voltada para os fenômenos globais da população, como uma técnica de gestão da multiplicidade. A biopolítica é colocada em um espaço de circulação, portanto, em um nível diferente, em uma escala diferente da disciplina (COLLIER, 2011). A biopolítica vai assumir o homem como espécie, caracterizada por um conjunto de processos biológicos. O objeto de intervenção da biopolítica é, portanto, a população, a coletividade e sua multiplicidade (RODRIGUES, 2013).

A governamentalidade, enfim, é um conceito que implica uma reflexão mais refinada sobre os procedimentos de governo dos corpos (MAIA, 2011). Foucault (2008) define governamentalidade como um "conjunto constituídos pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança" (p. 143). A governamentalidade apela para a regulação da conduta do sujeito através da aplicação racional de meios técnicos adequados, não só pelo Estado, como também pelas diversas instituições da qual o sujeito participa. Nessa perspectiva, a noção de governamentalidade permite olhar para os poderes e saberes administrativos e institucionais como responsáveis por moldar a vida cotidiana dos indivíduos (MCKINLAY, CARTER, PEZET, 2012).

Em relação ao conceito de biopoder, a organização é percebida como preocupada com a realização e implementação de políticas voltadas para programas de desenvolvimento e de pessoas e população, como no caso de programas de responsabilidade social, programas de proteção ao meio ambiente e sustentabilidade. Em relação à noção de governamentalidade, as organizações buscam implementar processos de gestão como uma forma de governo dos indivíduos que implica a

transposição do poder disciplinar e do biopoder de forma distinta daquela do poder político (MAIA, 2011). A governamentalidade refere-se, assim, à gestão das coisas e pessoas, constituindo-se como um problema de ação governamental, no sentido da condução de condutas e das formas de se conseguir melhores resultados econômicos (LEMKE, 2001; KNIGHTS, 2002; SILVEIRA, 2008; COLLIER, 2011).

4.2 Práticas da contabilidade como forma de governo dos corpos

De acordo com Mendonça Neto et al (2010), as teorias contábeis têm uma forte base na visão funcionalista, mesmo que apresente pontualmente algumas características nas demais visões. O paradigma funcionalista na contabilidade, como sugere os autores, é estabelecido na definição de funções da contabilidade necessárias para uma operação eficiente da organização. Dada esta condição, assume-se que a teoria da contabilidade não é tida como historicamente relativa (MCKINLAY, PEZET, 2010; MENDONÇA NETO ET AL, 2010), mas fundamentada em pressupostos econômicos. A pesquisa em teoria da contabilidade é, essencialmente, fundamentada em métodos quantitativos, hipotético-dedutivos e generalizações. Há pouco espaço para uma análise interpretativa (LUKKA, MODELL, 2010) e crítica (LEHMAN, 2005; HOPPER, BUI, 2016) das práticas contábeis e suas influências nos sistemas de crenças, valores e visão de mundo construídas pelas pessoas no interior das organizações (VAIVIO, 2008). Isto assim dado demonstra a negligência de vários aspectos organizacionais, sociais e institucionais.

Contudo, não se pode negar a existência de uma natureza humana e, portanto, dinâmica no interior das práticas de contabilidade (GENDRON, BAKER, 2005; CARMONA, EZZAMEL, GUTIÉRREZ, 2016; WALKER, 2016). As práticas de contabilidade definidas como planejamento tático ou orçamentário e a avaliação de desempenho (PHILADELPHO, MACÊDO, 2007) exercem profundas influências nos comportamentos dos indivíduos no interior das organizações através das relações de forças ou poder, na perspectiva foucaultiana. Nesta perspectiva, é possível argumentar que os mecanismos de coordenação privilegiados em uma organização são tanto a padronização das atividades quanto a padronização dos resultados. Tais mecanismos são descritos, nas práticas de contabilidade gerencial de planejamento tático e de avaliação de desempenho, como úteis quando o objetivo é promover formas de controle disciplinar.

Corroborando com esta perspectiva, Mendonça Neto et al (2010) mostram que, embora a contabilidade seja um instrumento para descrever a realidade econômica, também é um instrumento útil para monitorar indivíduos. O sistema contábil permite garantir a consistência entre a estratégia e a organização da produção através de estratégias de vigilância e controle, no sentido do panóptico foucaultiano (GUIMARAES, 2007). Advertem, ainda, estes autores que a organização e supervisão do trabalho não são o único meio de disciplinarização dos corpos.

Para além da perspectiva disciplinar na contabilidade, existem trabalhos e publicações que buscam analisar perspectivas alternativas da influência das práticas contábeis. Collier (2001) descreve a introdução de mudanças nas práticas de contabilidade gerencial, sob a forma de gestão financeira local, e as consequências da introdução de sistemas de orçamento descentralizados para a organização. O autor analisa como a descentralização dos orçamentos nas organizações é acompanhada por uma mudança de poder. Tal mudança permite conciliar os interesses daqueles que prosseguem um processo de responsabilidade legítima dos indivíduos com a organização com aqueles que priorizam formas de controle operacional. Collier (2001) analisa em seu trabalho as relações de poder que incidem onde os interesses coincidem e definem as mudanças no poder como subproduto dos processos de legitimação. Argumenta-se, com isto, que, no processo de uma evolução para o controle do pessoal com os instrumentos de contabilidade, os objetivos de produtividade são motivadores para os trabalhadores somente se eles estão buscando uma melhoria em seus ganhos econômicos através do trabalho na empresa.

As práticas de contabilidade podem, ainda, ser tomadas como instrumento habilitado para analisar os hábitos corporais dos indivíduos através da construção de determinados discursos fundados na Economia de modo a submeter os funcionários à organização (BAXTER, CHUA, 2003). Também como estratégia de controle e disciplina dos indivíduos, através da adoção de técnicas de gestão da contabilidade nos processos de agrupamento de investimentos e controle de gastos com recursos humanos. Nestas perspectivas, torna-se possível apontar que as práticas contábeis se fundamentam em princípios de supervisão, como os enunciados por Foucault (1987), com o objetivo de aumentar a eficácia do controle na organização, como também o cálculo de custos padronizados tem como finalidade normalizar os comportamentos (GUIMARAES, 2007). As técnicas de gerenciamento a partir das práticas da

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

contabilidade produzem conhecimentos sobre a organização e possibilitam monitorar os indivíduos de forma a possibilitar a implementação de um sistema de sanções e recompensas (FOUCAULT, 2010a) que, em última instância, contribui na gestão de uma coletividade.

Cosenza, Teixeira Filho e Lopes (2012) buscaram refletir sobre a contextualização das relações de poder no campo da ciência contábil como elemento importante para entender a dinâmica organizacional nas empresas. Em seu trabalho analisaram os principais fatores associados ao exercício do poder nas empresas. Deste modo puderam demonstrar que a Contabilidade não é somente uma fonte eminente de informação, como também é objeto de poder, ao se tornar refém de diretrizes e políticas impostas por instâncias reguladoras e normatizadoras das práticas e atividades contábeis. Em sua análise, concluíram que a contabilidade, dado seu impacto direto no uso de informações contábeis, visa o controle e o gerenciamento das atividades organizacionais e, por conseguinte, a gestão de pessoas. Através da avaliação de indicadores de êxito e mesmo de insuficiência econômica, os processos de gestão de pessoas tendem a se adaptar na busca de novas normatizações e padronizações do comportamento dos funcionários, de modo a atingir determinados objetivos. Estabelece-se, portanto, um processo de escolha entre caminhos alternativos de ação sobre a conduta dos funcionários, estabelecidas através da relação de poder, em que se busca reestabelecer os rumos para o alcance dos objetivos organizacionais. O sistema de contabilidade serve, assim, de referência para a criação de um novo sistema negociado com os funcionários.

Edgley (2014) reflete sobre como a contabilidade opera nas organizações como jogos da verdade ao permitir que determinados conhecimentos sobre os processos organizacionais se tornem visíveis, controlando, domando, gerenciando ou escondendo erros e subjetividades na tradução de práticas contábeis. Nesta perspectiva, considera-se que as práticas contábeis, em sua historicidade nas organizações, têm a capacidade de moldar como diferentes tipos de objetos de conhecimento podem ser facilmente conhecidos e mesmo ignorados. Com isto, promove-se um certo tipo de responsabilidade moral, fundamentada em uma atividade performativa que ao tornar visível os modos como os sujeitos devem agir no interior das organizações, controla e gerencia os modos como o sujeito deve se comportar.

Abdullah e Khadaroo (2016), a partir da noção de governamentalidade

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

examinam os modos como as instituições, os processos organizacionais, as análises, cálculos e práticas contábeis proporcionam determinadas visibilidades aos sujeitos. Em sua análise verificou como como um corpo de conhecimento construídos sobre os sujeitos exerce poder disciplinar na prática para subjetivar e objetivar gerentes de museus e galerias de arte na Inglaterra. Para o autor, as estratégias de governamentalidade envolvem a implantação de múltiplos métodos, como acordos de gerenciamento, contratos, indicadores de desempenho, bem como relatórios contábeis, de forma a criar conhecimento, fornecer visibilidade e processar os sujeitos como objetos calculáveis.

As estratégias de governamentalidade colocam os sujeitos em um determinado espaço e institui determinadas responsabilidades e proporcionam determinadas visibilidades, como modos de controle das condutas. A forma como isto é alcançado refere-se aos modos como as visibilidades são construídas. Os gerentes dos museus e galerias de arte, por operar em um espaço cultural, têm sua imagem social ligada ao atendimento de objetivos culturais, sociais e econômicos. Afinal, os gerentes têm a função de preservar a memória cultural de uma comunidade para as gerações futuras. Com isto, tem a função de unir os vários segmentos da população com o intuito de criar determinado sentimento de paz na comunidade. Ocupam ainda a função como agentes de mudança ao educar a população e proporcionar aos cidadãos uma via de discussão e diálogo sobre assuntos importantes, atingindo, com isto, os mais variados grupos-alvo, como jovens, mulheres e outras minorias através de programas e atividades, ao promover uma melhor compreensão do patrimônio cultural e criando agenda para crescimento e desenvolvimento social (ABDULLAH, KHADAROO, 2016).

Considerada a sua importância para a manutenção da história social, as estratégias de governamentalidade produz efeitos de controle, bem como contribui nas estratégias de autoformação, por permitir que os gerentes quantifiquem seu próprio desempenho em contratos e relatórios, permitindo que se percebam responsáveis pela implementação de políticas públicas de acesso às manifestações culturais, ao permitir que o público em geral aproveite as exposições dos museus e galerias de arte. O governo mostra seu poder nas formas de intervenção direta, ao propor estratégias de superação de decisões econômicas racionais assumidas pelos gerentes, quando estes estavam em conflito com objetivos políticos.

Como demonstram Abdullah e Khadaroo (2016), embora os mecanismos de

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

governamentalidade tentassem tornar os gerentes dóceis, tornando-os cúmplices no processo de sua própria dominação, sempre havia a possibilidade para resistências silenciosas. As estratégias da governamentalidade ofereciam aos gerentes os instrumentos para racionalizar e justificar a sua conduta para os outros e para si próprios. Contudo, a implementação das políticas e programas fornecidos pelo governo não encontravam integral aceitação pelos gerentes, principalmente relacionadas às possibilidades de os gerentes conseguirem financiamentos particulares e, por fim, proporem exposições pagas.

Mihret e Grant (2017) analisaram a articulação entre a auditoria interna das práticas de contabilidade nas formas de governamentalidade em uma organização. Para os autores, a governamentalidade foucaultiana fornece ferramentas conceituais significativas para se refletir sobre as estratégias de controle das pessoas em organizações contemporâneas. As práticas de contabilidade permitem o desenvolvimento conceitual sobre a execução de atividades econômicas como formas de aprimorar a racionalidade das atividades econômicas e controles auxiliares nos processos organizacionais. Analisam os autores que nas práticas contábeis a noção de governamentalidade pode ser descrita como um discurso em que o relato saber-poder pode ser considerado da ordem da condução de comportamentos individuais, em que a forma como os serviços contábeis são utilizados pode ser influenciada pelas preocupações e características operacionais características das estratégias de governamentalidade.

A organização, no momento em que estabelece determinadas metas financeiras a serem cumpridas, tendo por base as análises contábeis (PHILADELPHO, MACÊDO, 2007), tende a governar a conduta dos funcionários através de dois mecanismos principais: o planejamento e a transformação dos procedimentos de cálculo do agente. O governo através do planejamento é possibilitado através da escolha daqueles investimentos a serem feitos. Esta premissa está vinculada à percepção da capacidade de crescimento nos processos de produção por todos os funcionários da organização. A participação espontânea e livre dos funcionários e seu engajamento como corresponsáveis pela proposta de crescimento é uma estratégia eficaz de governo das condutas (OLIVEIRA, CATAPAN, VICENTIN, 2015). Complementarmente à primeira perspectiva em que os funcionários tornados corresponsáveis pela adequada seleção de projetos de investimento, a segunda é

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

fundamentada na técnica do valor presente líquido, como uma estratégia contábil. Isto é tornado possível através do sistema de contabilidade que torna o negócio não apenas visível, mas também computável (MCKINLAY, PEZET, 2010).

A análise de uma relação entre diferentes níveis de governo, do governo disciplinar e do governo dos corpos, levanta a questão de seu modo de articulação. A proposta que surge é baseada na noção de problematização que é ilustrada pelos estudos de caso mencionados acima. Problematizar é constituir um objeto de pensamento (FOUCAULT, 2004) e definir um sujeito. Foucault (2005) mostra como os sujeitos de diferentes instituições são definidos (o louco para o sistema psiquiátrico, o delinquente do sistema judicial) e analisa várias formas de problematização: problematização da loucura das práticas sociais e médicas, definindo um certo perfil de Normalização, problematização do crime e do comportamento criminoso baseado em certas práticas punitivas seguindo um modelo disciplinar (FOUCAULT, 2010b).

Os modos de problematização das relações estabelecidas entre funcionários e empresas é, neste sentido, considerada como objetos de governo. Neste processo de objetivação dos modos de governo estabelecidos na relação entre empresa e funcionários desenvolvem-se as estratégias de governo das condutas em que são estabelecidos, enfim, os objetos comuns de governo a partir dos quais novos dispositivos são definidos. A carreira do trabalhador torna-se um objeto de governo para as empresas, a partir da implementação de formas de negociação de sistemas de classificação, em que se estabelece a progressão hierárquica ligada à antiguidade.

Nestas condições, considera-se que as práticas da contabilidade são convertidas em uma forma de problematização da economia e das estratégias financeiras das empresas como um objeto de análise. Esta forma de problematização permite diferentes práticas, dependendo dos níveis de governo. Depreende-se, assim, que o objeto de governo nas empresas não leva em conta exclusivamente os modos de disciplinarização do funcionário, senão o desenvolvimento de estratégias que consideram o desenvolvimento do individualismo, de acordo com as ideias de Foucault relacionado ao período ético (CANDIOTTO, 2013). Em sua obra “A história da sexualidade”, Foucault (1985) examina uma nova forma de problematização através da qual o indivíduo é considerado como capaz de perceber a si mesmo. Depois de descrever a formação do conhecimento que dá poder sobre outros, Foucault (2010a) descreve a formação de um conhecimento ético destinado a dar ao indivíduo um poder

sobre si mesmo (CANDIOTTO, 2013).

O valor atribuído ao indivíduo em sua singularidade e o grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence no interior da empresa, com o reforço da noção da privacidade, contribui para o aumento da intensidade das relações consigo mesmo. Isto é percebido nas formas em que se chama cada funcionário a se assumir como objeto de conhecimento e campo de ação, para transformar-se e corrigir-se, a purificar-se como sujeito de si, engajado no crescimento pessoal dentro da empresa a que pertence. Assim, em vez de desenvolver uma política voltada para as estratégias disciplinares para obter uma forma de subjetivação, de docilização do indivíduo, a organização desenvolve uma política de gestão de recursos humanos baseada na subjetividade e na valorização do sujeito ético.

A dinâmica do governo gerencial é dada pela criação de dispositivos que permitam mobilizar, no interesse da empresa, os projetos de subjetivação dos próprios indivíduos. A instrumentação de gestão torna possível essa individualização na empresa, permitindo estabelecer relações mais individualizadas com os funcionários: internet, trabalho em casa, cobertura social complementar personalizada. Portanto, o individualismo que poderia ser percebido como uma ameaça à coesão da empresa também pode ser um recurso para uma forma de gestão de recursos humanos que confie no comportamento ético do empregado, na experiência de si mesmo a partir de regras de conduta que ele próprio oferece, como objeto de autogoverno.

5- Considerações Finais

As estratégias de governamentalidade a partir das práticas contábeis envolvem a implantação de variados métodos capazes de criar conhecimento, como por exemplo, a elaboração de acordos de gerenciamento, contratos, indicadores-chave de desempenho e relatórios contábeis (ABDULLAH, KHADAROO, 2016). Tais métodos fornecem formas de visibilidades dos sujeitos, tornando-os objetos calculáveis, portanto, objetos aptos a serem controlados.

As práticas de contabilidade promovem modos de controle interno a partir dos quais são consideradas como uma resposta ao risco no investimento da empresa. Nesta perspectiva, as práticas da contabilidade podem ser consideradas uma tecnologia envolvida na teia das relações de poder em que estão envolvidos os jogos regulatórios de liberdade e segurança (COLLIER, 2011). Compreender essa

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

concepção requer a elaboração de racionalidades de controle de pessoas sob as quais as práticas de contabilidade são exercidas pela administração da organização sobre seus funcionários. Tal proposta é consistente com o conceito de autonomia regulada (AFONSO, 2011; HILÁRIO, CUNHA, 2012) da perspectiva foucaultiana. Em consonância com a passagem do uso do poder disciplinar para a proposta de governamentalidade, as práticas contemporâneas de controle das organizações envolvem a solicitação do consentimento dos funcionários, implicando-os na necessária liberdade de se empenharem no desenvolvimento de suas atividades como funcionários na empresa.

Os processos de controle, como característica essencial das organizações, visam assegurar a implementação de comportamentos diversos de interesse dos indivíduos. Tais comportamentos são reforçados de modo consistente com as racionalidades organizacionais. Contudo, mantém o espaço para a concepção de sistemas de autorregulação, ou autogoverno dos funcionários, permitindo espaços para exploração da liberdade. A noção de autorregulação permite compreender que, mesmo que as tendências de controle e vigilância sejam inerentes às organizações e cruciais para garantir uma ampla conformidade dos comportamentos dos funcionários (MIHRET, GRANT, 2017), a valorização das individualidades permite assegurar um engajamento de cada um dos funcionários como parte integrante das formas de condução de sujeitos governáveis.

A análise dos processos de gestão, nos estudos nas organizações, é possibilitada pela análise das relações e dos fenômenos de poder em uma perspectiva foucaultiana em que o sujeito é o elemento central. As relações de poder podem ser tomadas e analisadas nas práticas da contabilidade gerencial que, em última instância, também definem formas de produção de conhecimento sobre o progresso de uma atividade no interior da organização e os modos como os funcionários se engajam em suas atividades laborais. Partindo da metáfora do panóptico (LECLERCQ-VANDELANNOITTE, KALIKA, 2014), os estudos sobre práticas de contabilidade a definem como uma tecnologia disciplinar e de vigilância que permitem disciplinar os indivíduos na execução de suas tarefas. Contudo este é apenas um aspecto da análise foucaultiana.

Partindo da noção da governamentalidade torna-se possível perceber que as relações de poder mobilizam várias técnicas de controle e outras visibilidades para os

funcionários. Uma delas é a ação que o indivíduo leva a si mesmo a constituir-se como sujeito. Esta ação é ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que tem a capacidade de disciplinar o indivíduo, permite que o sujeito produza para si novos espaços de liberdade. A partir desta perspectiva, a análise em gestão de recursos humanos identifica três caminhos possíveis na consideração do sujeito, como central no processo: 1- a modelagem das formas disciplinares, 2- a articulação das diferentes formas de governo de condutas e, 3- a do governo gerencial de um indivíduo mais independente da empresa.

Para construir as reflexões em torno dos processos de gestão de pessoas através das práticas da contabilidade, buscou-se argumentar sobre as questões em torno das relações de poder no interior das organizações. Destaca-se, ainda, que o poder disciplinar e a governamentalidade não são conceitos contraditórios, mas que se complementam. A relação entre estas noções de relação de poder pode constituir-se como fundamental para a compreensão dos modos como o sujeito é conduzido em sua conduta de acordo com os objetivos da organização a que pertence. Nesta perspectiva, afirma-se que os estudos sobre a governamentalidade não desqualifica os trabalhos que tem como foco as análises sobre os processos de vigilância e controle. Ao contrário, os engloba. O poder é uma relação entre os atores na empresa e que a instrumentação de gerenciamento torna visível e que os indivíduos encarnam e disseminam. Argumenta-se, ainda que é possível ir além das formas de poder disciplinar na análise de organizações, mantendo a possibilidade de se manter esta forma de relação de forças ainda em foco.

Referências Bibliográficas

- ABDULLAH, A., KHADAROO, I.. The governmentality and accountability of UK national museums and art galleries. In: **Accounting Forum**. Elsevier, 2016.
- AFONSO, M. L. M.. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicologia em revista**, v. 17, n. 3, p. 445-464, 2011.
- ARMSTRONG, P.. The influence of Michel Foucault on accounting research. **Critical perspectives on accounting**, v. 5, n. 1, p. 25-55, 1994.
- BAXTER, J., CHUA, W. F.. Alternative management accounting research—whence and whither. **Accounting, organizations and society**, v. 28, n. 2, p. 97-126, 2003.
- BONAMIGO, I. S.. Novas tecnologias de vigilância e a gestão de violências. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 659-674, 2013.

- BOTH, F., FISCHER, A.. Gestão e contabilidade ambiental. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2017.
- CANDIOTTO, C.. A genealogia da ética de Michel Foucault. **Educação e Filosofia**, v. 27, n. 53, p. 217-234, 2013.
- CANDIOTTO, C.. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O que nos faz pensar**, v. 21, n. 31, p. 91-108, 2012.
- CANDIOTTO, C.. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, v. 11, n. 1, 2010.
- CARMONA, S., EZZAMEL, M., GUTIÉRREZ, F.. Accounting history research: traditional and new accounting history perspectives. **De Computis-Revista Española de Historia de la Contabilidad**, v. 1, n. 1, p. 24-53, 2006.
- COLLIER, P. M. The power of accounting: a field study of local financial management in a police force. **Management accounting research**, v. 12, n. 4, p. 465-486, 2001.
- COLLIER, S. J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 245-284, 2011.
- CORRÊA, R. O., FREITAS, F. C. H. P., OLIVEIRA SILVA, L. M.. Gestão estratégica de pessoas, poder e disciplina à luz da perspectiva foucaultiana. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 3, p. 78-88, 2015.
- COSENZA, J. P., TEIXEIRA FILHO, A. C., LOPES, R. S. S.. Reflexão Sobre Relações Entre Poder e Contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, 2012.
- DIXON, M. A. Transforming power: Expanding the inheritance of Michel Foucault in organizational studies. **Management Communication Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 283-296, 2007.
- EDGLEY, C.. A genealogy of accounting materiality. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 3, p. 255-271, 2014.
- FIMYAR, O.. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.
- FONSECA, M. A.. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.
- FOUCAULT, M.I. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M.. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M.. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M.. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M.. **História da sexualidade** (V. 12). Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M.. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M.. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADELHA, S.. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GENDRON, Y., BAKER, C. R.. On interdisciplinary movements: The development of a

- network of support around Foucaultian perspectives in accounting research. **European accounting review**, v. 14, n. 3, p. 525-569, 2005.
- GUIMARAES, K. M. S.. A Contribuição de Michel Foucault nas abordagens da teoria contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 168, p. 20-33, 2007.
- HILARIO, L. C., CUNHA, E. L.. Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: reflexões a partir da obra crítica do poder, de Axel Honneth. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35, n. 3, p. 157-188, Dec. 2012.
- HOPPER, T., BUI, B.. Has management accounting research been critical?. **Management Accounting Research**, v. 31, p. 10-30, 2016.
- KNIGHTS, D.. Writing organizational analysis into Foucault. **Organization**, v. 9, n. 4, p. 575-593, 2002.
- LAMBERT, C., PEZET, E.. The making of the management accountant–Becoming the producer of truthful knowledge. **Accounting, Organizations and Society**, v. 36, n. 1, p. 10-30, 2011.
- LECLERCQ-VANDELANNOITTE, A., ISAAC, H., KALIKA, M.. Mobile information systems and organisational control: beyond the panopticon metaphor?. **European Journal of Information Systems**, v. 23, n. 5, p. 543-557, 2014.
- LEHMAN, G.. A critical perspective on the harmonisation of accounting in a globalising world. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, n. 7, p. 975-992, 2005.
- LEMKE, T.. 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and society**, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.
- LUKKA, K., MODELL, S.. Validation in interpretive management accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 4, p. 462-477, 2010.
- MAIA, A.. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 54-71, 2011.
- MANSANO, S. R. V.. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Rev. psicol. UNESP**, p. 110-117, 2009.
- MCKINLAY, A., CARTER, C., PEZET, E.. Governmentality, power and organization. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 1, p. 3-15, 2012.
- MCKINLAY, A., PEZET, E.. Accounting for foucault. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n. 6, p. 486-495, 2010.
- MENDES, C. L.. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 167-181, 2006.
- MENDONÇA NETO, O. R., RICCIO, E. L., CARDOSO, R. L., SAKATA, M. C. G. (2010). A Contabilidade Como Instrumento de Exercício do Poder: a visão de Lênin em “O Estado e a Revolução”. **RIC-Revista de Informação Contábil**. v. 4, n. 3, p. 1-17, 2010.
- MIHRET, D. G. et al. The role of internal auditing in corporate governance: a Foucauldian analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 3, p. 699-719, 2017.
- NARDI, H. C., RAMMINGER, T.. Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de Reforma Psiquiátrica. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, 2007.

- NUNES, L. C. F., SERRASQUEIRO, Z. M.. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 87-96, 2004.
- OLIVEIRA, A. G., CATAPAN, A., VICENTIN, I. C.. A contabilidade como instrumento de governança pública e controle social: Accountability e disclosure nas contas do Município de Curitiba. **Revista ESPACIOS| Vol. 36, nº 10**, 2015.
- PHILADELPHO, P. B. G., MACÊDO, K. .. Avaliação de desempenho como um instrumento de poder na gestão de pessoas. **Aletheia**, n. 26, p. 27-40, 2007.
- PRADO FILHO, K., MARTINS, S.. Subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, 2007.
- RAFFNSØE, S., GUDMAND-HØYER, M., THANING, M. S. Foucault's dispositive: The perspicacity of dispositive analytics in organizational research. **Organization**, v. 23, n. 2, p. 272-298, 2016.
- RAMMINGER, T., NARDI, H. C.. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 25, 2008.
- RAMMINGER, T.. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. **Mnemosine**, v. 4, n. 2, 2008.
- RODRIGUES, T.. Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático policial. **Revista ECOPOLÍTICA**, v. 5, n. 1, jan-abr, pp. 115-156, 2013.
- SILVEIRA, R. A.. Dinâmicas de poder nas organizações: a contribuição da governamentalidade. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 14, n. 1, p. 97-114, 2008.
- SILVEIRA, R. A.. **Michel Foucault, Poder E Análise Das Organizações**. São Paulo: FGV, 2005.
- VAIVIO, J.. Qualitative management accounting research: rationale, pitfalls and potential. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 5, n. 1, p. 64-86, 2008.
- VEIGA-NETO, A., BRANCO, G. C.. **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- WALKER, S. P. Revisiting the roles of accounting in society. **Accounting, Organizations and Society**, v. 49, p. 41-50, 2016.